Jovens Agricultores

Associação dos Jovens Agricultores de Portugal

OVINOS E CAPRINOS - UM DESAFIO COM FUTURO

FLORESTA - UM VALOR RECONHECIDO

Floresta: Para a Valorização de Um Recurso Endógeno de Valor Estratégico para Portugal | 4
Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural

O Sector dos Ovinos em Portugal | 10

REVISTA TRIMESTRAL
JAN|FEV|MAR| 2014 | Distribuição Gratuita

3 EDITORIAL
2014 – Ano da "Prova de Fogo"
Ricardo Brito Paes | Presidente da AJAP

4 DOSSIER CENTRAL
Floresta: Para a Valorização de Um Recurso Endógeno de Valor Estratégico para Portugal
Francisco Gomes da Silva | Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural
As Contas dos Apoios ao Sector da Floresta
Hugo Joia | Eng.º Florestal – OPAFLOR – Associação de Produtores Florestais da Serra da Opa
A Caprinicultura – Condicionantes e Perspectivas
Fernando Monteiro | Acripinhal
O Sector dos Ovinos em Portugal
Carlos Alves | Eng.º Zootécnico
Ovinos de Carne – Um Negócio Complicado!
Pedro Costa | Eng.º Zootécnico

12 INTERNACIONALIZAÇÃO E EXPORTAÇÃO
Queijo Saloio e o Desafio Internacional
Clara Moura Guedes | Administradora-Delegada, Queijo Saloio

14 AGRICULTURA SUSTENTÁVEL
O Uso dos Pequenos Ruminantes na Gestão da Floresta como Reforço da Sustentabilidade da Actividade Pastoril
Marina Meca Ferreira de Castro | Instituto Politécnico de Bragança

16 SER JOVEM AGRICULTOR
Pedro Gomes Freire

18 SER JOVEM EMPRESÁRIO RURAL
Idálio Ramos

20 PUBLICIDADE
31ª OVIBEJA

21 REFERÊNCIAS ASSOCIATIVAS
O Sector Ovino no Alentejo
Manuel de Castro e Brito | Presidente da ACOS – Associação de Agricultores do Sul
Gestiverde
José Luís André | Gestiverde

23 INVESTIGAÇÃO, EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO
Investigação Fruitgrading – Protótipo em Fase de Testes

24 COOPERAÇÃO
O Coração da Agro-Pecuária: Assistência Técnica ao Produtor
Eduardo Salles | Eng.º Agrónomo, Bahia – Brasil

26 PUBLI-REPORTAGEM
Novas Tecnologias nos Pequenos Ruminantes
Departamento Técnico, Agrogestão

27 AGRICULTURA FAMILIAR
Ano Internacional da Agricultura Familiar
M. Patrão Neves | Deputada ao Parlamento Europeu, Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

28 PUBLICIDADE
SAA – Serviço de Aconselhamento Agrícola

Ricardo Brito Paes | Presidente da AJAP

2014 – ANO DA "PROVA DE FOGO"

Se para muitos o ano 2014 é apontado como o ano de transição onde nada se passa, resta esperar pelo que está para ir e pelo que está para vir.

A AJAP perspectiva 2014 como o ano da "prova de fogo" para muitos Jovens, que são agora obrigados a concluir os seus projectos de investimento independentemente da data de início dos mesmos. É também o ano onde muitos, de uma forma mais ou menos desesperada, tentam a sua última sorte ao abrigo das medidas de transição que permitem, "com dinheiro novo, pagar projectos antigos".

Mas acima de tudo a AJAP defende que este deve ser um ano de consolidação e de reflexão para um futuro que se avizinha promissor mas que requer uma preparação cuidada e bem estruturada. Por esse motivo a AJAP resolveu que neste ano as suas publicações tivessem um carácter mais técnico, dedicando cada número a duas áreas específicas do mundo rural agrícola.

Neste primeiro número destacamos a Floresta e os Ovinos e Caprinos, sectores que acreditamos serem estratégicos, e que têm vivido tempos por vezes de incerteza, contudo perfila-se para o período de programação 2014-20 um reconhecimento efectivo do seu valor.

A AJAP acredita que com "políticas florestais" mais coerentes como as que se prevêem, possamos minimizar os flagelos dos últimos Verões.

Ricardo Brito Paes

Ficha Técnica

Propriedade, Redacção e Edição AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal
Rua D. Pedro V, 108 - 2º, 1269-128 Lisboa | Tel: 213 244 970
Director Ricardo Brito Paes
Coordenação Departamento de Comunicação
Redacção Departamento Técnico
Secretariado Olga Leitão
Departamento Comercial Olga Sereno
Paginação Miguel Inácio **Impressão** Gazela, Artes Gráficas, Lda.
Depósito Legal nº 78606/94 **Registo de Título** nº 116714
Tiragem 10 000 Exemplares **Periodicidade** Trimestral
E-mail ajap@ajap.pt **URL** www.ajap.pt
Distribuição Gratuita

Com o apoio
ipdj
INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE, I. P.

AJAP#97

Francisco Gomes da Silva | Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural

FLORESTA: PARA A VALORIZAÇÃO DE UM RECURSO ENDÓGENO DE VALOR ESTRATÉGICO PARA PORTUGAL

Em matéria florestal, o grande desafio que se coloca a qualquer governante é o de contribuir para proporcionar condições à sociedade (proprietários, empresas, organizações não governamentais e cidadãos em geral) para que a gestão dos espaços florestais se faça de forma sustentável. Ou seja, é necessário conseguir ver na floresta um recurso endógeno, renovável e multifuncional, que só cumprirá o seu desígnio económico, social e ambiental na medida em que o gerirmos com equilíbrio, articulando num horizonte temporal necessariamente longo os compromissos entre os diversos legítimos interesses que em torno deste recurso existem. Para enfrentar este desafio, temos procurado clarificar e operacionalizar uma política pública para a floresta portuguesa que possa ser eficaz nos objetivos de sustentabilidade que acabámos de referir: gerar mais valor e mais emprego, controlando os fatores de risco, e zelando pela sustentabilidade dos recursos que servem de base às diversas prestações de bens e serviços. De facto, quando analisamos os grandes números associados à floresta e ao seu significado para Portugal, percebemos a enorme importância estratégica que uma boa gestão do nosso património florestal encerra.

> “De forma sintética, aponto como essenciais as questões ligadas à criação de conhecimento e à sua transferência para os utilizadores, as medidas de apoio ao investimento, tanto nas explorações agrícolas como nas florestais, sendo transversal a toda a programação a simplificação e desburocratização das medidas de incentivo ao mundo rural.”

Dando corpo a este caminho, que dá continuidade àquilo que de muito construtivo se tem conseguido de forma consensual para a floresta nos últimos 10 anos, estamos a fechar importantíssimos instrumentos políticos: a Estratégia Nacional para as Florestas, a revisão dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal, o Programa Operacional para a Sanidade Florestal e o novo Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 (que deve ser olhado em conjunto com os restantes Programas Operacionais 2014-2020, também em elaboração).

Em termos instrumentais e operacionais, as prioridades do Governo para o setor estão expressas na estrutura proposta (e ainda não encerrada) para o Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020. Realço que o conjunto de medidas que dele constam, ainda que numa fase de trabalhos em curso, foram todas elas refletidas em conjunto com os diversos parceiros setoriais. Temos norteado a conceção do PDR e das medidas que o integram para que estas verifiquem duas características: que sejam adaptadas às características dos promotores e investidores a quem se destinam, e que sejam eficazes no que se refere aos objetivos que se propõem para estes setores para o período 2014-2020. Acresce ainda o cuidado em não inventar o que já foi inventado e que provou funcionar bem, ou seja, aproveitar tudo aquilo que, no âmbito dos Quadros Financeiros anteriores provou estar bem concebido.

De forma sintética, aponto como essenciais as questões ligadas à criação de conhecimento e à sua transferência para os utilizadores, as medidas de apoio ao investimento, tanto nas explorações agrícolas como nas florestais, sendo transversal a toda a programação a simplificação e desburocratização das medidas de incentivo ao mundo rural. A estrutura do programa reflete, pois, o conjunto de prioridades de ação que, em matéria florestal, o Governo elege como

suas e que, de uma forma ou de outra, encontram acolhimento no regulamento comunitário do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) aprovado em Bruxelas.

A ambição é que o imenso trabalho que todos (governo e parceiros do setor) têm estado a desenvolver na programação do próximo Quadro venha a traduzir-se num conjunto de medidas com elegibilidade para os proprietários e promotores florestais, que possam contribuir para a resolução dos principais estrangulamentos que o setor enfrenta. Isto porque o PDR constitui, como todos sabem, o principal instrumento de que o país disporá nos próximos 7 anos para financiar as políticas públicas setoriais.

Como atrás referi, e de forma simplificada, trabalhamos para promover o aumento do valor da nossa floresta, diminuindo e controlando os principais fatores de risco que têm condicionado o seu desenvolvimento, e garantindo a sustentabilidade da gestão deste recurso endógeno que se constitui como um verdadeiro ativo estratégico para o país. Uma primeira dimensão passa pelo apoio ao investimento na florestação e reflorestação, que deverá ter como consequência o aumento de volumes principalmente por via dos aumentos de produtividade primária da terra e da mão--de-obra. Uma segunda dimensão, que visa igualmente o aumento da produtividade, passa pelo apoio à recuperação de povoamentos através de práticas de gestão ativa. É exemplo desta dimensão a aposta no aproveitamento da regeneração natural de áreas de pinheiro-bravo vítimas de incêndio nos últimos anos. Uma terceira dimensão, complementar às duas anteriores, diz respeito à substituição de povoamentos que, por diversas razões (má localização, sobre exploração, etc…) se encontrem instalados em zonas, regiões e com técnicas desadequadas. Para que estas vias possam ter sucesso, apostamos fortemente na diminuição dos riscos bióticos (doenças e pragas) e abióticos (incêndios), privile-giando o apoio a iniciativas com escala territorial.

Finalmente, temos consciência da necessidade de prever condições que apontem para uma melhoria da gestão, pelo que as questões da certificação, dos planos de gestão florestal e da prioridade às ações que apontem para um aumento de escala da gestão (de que as Zonas de Intervenção Florestal são um bom exemplo) serão devidamente contempladas, tal como o apoio à criação, ao abrigo do FEADER, de organizações de produtores florestais, com objetivos estritos de agregação da oferta e comercialização dos produtos florestais, que estarão pela primeira vez previstos no nosso PDR.

Complementarmente aos apoios financeiros, temos colocado um empenho muito grande na simplificação e transparência de procedimentos associados ao investimento na Floresta. Disso é exemplo o Regime Jurídico das Ações de Arborização e Rearborização, aprovado pelo Governo e que entrou em vigor em outubro passado. Hoje, qualquer promotor que queira investir na Floresta através de ações de arborização ou rearborização sabe exatamente o que tem que fazer, e tem apenas que bater a uma porta: a do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, enquanto autoridade nacional florestal. Em paralelo, e fruto deste diploma, passaremos a ter um conhecimento detalhado, dia-a-dia, dos investimentos de que é alvo a nossa floresta. A alteração da legislação regulamentadora das Zonas de Intervenção Florestal, também já publicada, segue igualmente este fio condutor.

Finalmente, uma linha de ação que, não tendo apenas, exclusivamente, a ver com a floresta, irá combater de forma ativa a questão da utilização e da gestão de território. Refiro-me à legislação da Bolsa de Terras, que inclui a legislação recentemente aprovada sobre as Terras do Estado, bem como a proposta de Lei que seguirá em breve para o Parlamento, sobre as “terras sem dono conhecido e sem uso agrícola, florestal ou silvopastoril”.

Existem outras ações, como por exemplo as questões ligadas à fiscalidade, que estamos a trabalhar em conjunto com o Ministério das Finanças, que já deram e que esperamos possam continuar a dar um contributo acrescido para a melhoria da nossa floresta.

Por último, mas não menos importantes: propusemos em fevereiro ao setor (incluindo às indústrias de base florestal) a criação de uma plataforma que permita acompanhar as relações entre os diversos elementos destas fileiras, conscientes que estamos que existem questões essenciais (nomeadamente relacionadas com o funcionamento dos mercados) que poderão ser determinantes para o aumento do valor gerado pela floresta. A aposta é caminhar no sentido de uma maior autorregulação entre os agentes, mantendo um escrutínio atento sobre a realidade dessas relações. A par do apoio à criação de Organizações de Produtores com fins comerciais, esta plataforma deverá permitir uma abordagem construtiva aos problemas de mercado atrás referidos.

Hugo Joia | Eng.º Florestal, OPAFLOR – Associação de Produtores Florestais da Serra da Opa

AS CONTAS DOS APOIOS AO SECTOR DA FLORESTA

Ao longo das últimas décadas fomo-nos habituando à ideia de que o nosso País tem uma forte apetência florestal e que tem condições únicas para o desenvolvimento de algumas espécies florestais e para a produção lenhosa.

Mas também fomos aprendendo que a floresta é maioritariamente detida por privados e que a combinação entre o abandono, desinteresse e absentismo dos proprietários coadjuvado por políticas florestais inconstantes, tem-se revelado dramática nos verões quentes, com consequências desastrosas ao nível económico pela perda de rendimento dos produtores, ao nível ambiental pela destruição continuada de habitats e ecossistemas, e ao nível social com a perda de qualidade das paisagens e consequências relevantes no ordenamento do território.

> “Os apoios comunitários para o sector florestal têm-se mantido ao longo dos diversos quadros de apoio, entre os 65 e os 100%, o que comparativamente com qualquer outro programa sectorial nomeadamente os programas de apoio ao investimento, é inquestionavelmente melhor.”

Fomo-nos habituando a pensar que plantar floresta é um investimento caro e de elevado risco e que compete ao estado subsidiar esta atividade, revelando-se cada vez mais enraizado na sociedade que esta atividade só pode ser realizada com apoios e sem quaisquer custos.

Os apoios comunitários para o sector florestal têm-se mantido ao longo dos diversos quadros de apoio, entre os 65 e os 100%, o que comparativamente com qualquer outro programa sectorial nomeadamente os programas de apoio ao investimento, é inquestionavelmente melhor.

Na verdade os investimentos no sector agrário são elevados e exigem um grande esforço financeiro dos proprietários, razão pela qual os fundos comunitários foram assumindo cada vez mais preponderância no espectro financeiro do sector florestal e agrícola.

Consequentemente criou-se a perceção que os fundos comunitários se tornaram na maior força motora do sector e que toda a atividade florestal está fortemente condicionada e dependente das linhas e prioridades definidas pelos gestores dos programas de apoio.

Sabe-se hoje que o desenvolvimento florestal e agrícola, pedra basilar do ordenamento sustentado do território, está intrinsecamente ligado aos ciclos plurianuais de apoios europeus, desde 1986-1989 – Anterior regulamento, 1989-1993 – QCA I; 1994-1999 – QCA II; 2000-2006 – QCAIII; 2007-2013 – QREN em fase de conclusão, e o futuro Portugal 2020.

A alavancagem que estes fundos trouxeram ao sector florestal traduziu-se num forte incremento em novas áreas arborizadas com objetivos de produção lenhosa resultando numa clara promoção das grandes quantidades de hectares arborizados em detrimento da qualidade dos povoamentos. Assim antagonicamente ao que se poderia prever, os fortes investimentos no sector deram origem a grandes manchas contínuas insustentáveis e altamente suscetíveis aos riscos dos fatores bióticos e principalmente abióticos, com especial enfoque para os fogos.

É hoje claro que Portugal tem a sua economia florestal fortemente dependente de três fileiras: o pinheiro bravo, o eucalipto e o sobreiro, sendo cada vez mais insustentável a continuação

deste modelo. Tem-se observado o surgimento de novas fileiras e a recuperação de outras que até há bem pouco tempo eram desinteressantes, como o que aconteceu com o sector da resina, que depois de estar esquecida durante anos está hoje na ordem do dia sendo uma das fileiras renovadas. O castanheiro e a produção de castanha, o medronheiro e medronho, ou até a alfarrobeira e a alfarroba são exemplos de fileiras imergentes que importa investir e dinamizar.

Porém o sector florestal tem como característica na sua génese o "modus operandi" da sociedade de consumo imediato em que vivemos, tornando pois esta atividade pouco interessante nos moldes em que funciona, senão repare-se a plantação de floresta que demora décadas a produzir resultados, mas exige um forte investimento inicial, com longos períodos de carência.

A estrutura empresarial do sector está organizada para responder aos desafios das fileiras clássicas, mas porém não está preparada para os novos desafios, desta forma podemos concluir que esta estrutura vai demorar algum tempo a se reorganizar.

Acresce ainda a este problema, o facto que os produtores florestais ativos são cada vez menos e além de estarem condicionados pela procura de mercado estão pouco disponíveis para procurar novas ideias ou soluções.

Neste cenário, junta-se ainda a incapacidade de identificar e responsabilizar os proprietários de terrenos abandonados com a estrutura fundiária da propriedade e a mentalidade possessiva sobre a terra que reina na nossa sociedade.

O governo parece ter percebido isto, e neste novo quadro está a dar sinais de querer provocar uma clara inversão de paradigma, denotando-se uma preocupação no aumento da eficiência dos sistemas florestais instalados, associada a uma elevada procura de novas soluções inovadoras baseadas no conhecimento que é produzido nos centros de investigação.

Fica claro pelo que vai sendo conhecido do novo quadro de apoios, que este diverge dos anteriores no sentido de impulsionar uma aposta no desenvolvimento de mecanismos que aumentem a eficiência dos ecossistemas florestais, na base da inovação, ou seja que permitam melhores aproveitamentos dos povoamentos. Fica ainda claro que o novo quadro traz uma forte aposta na solidificação dos espaços florestais existentes através de medidas de gestão ativa e de revitalização silvícola que garantam a recuperação de povoamentos mal instalados bem como uma melhoria da vitalidade por força da gestão direta e profissional.

Em súmula poder-se-á afirmar que se os quadros comunitários de apoios anteriores serviram para plantar floresta, este novo quadro servirá para moldar, revitalizar a floresta agora existente, embora sem nunca perder de vista a produção e a valorização das externalidades positivas da área florestal.

Fernando Monteiro | Acripinhal

A CAPRINICULTURA – CONDICIONANTES E PERSPECTIVAS

I. BREVE HISTORIAL

Até meados do século XVIII, o consumo de leite encontrava-se associado basicamente a terapêuticas medicamentosas. Não apenas em Portugal mas na generalidade dos países da Europa, apenas a partir dos finais do referido século se começou a utilizar o leite como produto alimentar. A principal fonte de leite era a cabra, sendo o ditado "leite de cabra, manteiga de vaca, queijo de ovelha" elucidativo da principal finalidade de utilização do leite das 3 principais espécies leiteiras.

A expansão da caprinicultura, na sua generalidade extensiva, não se coadunava com os sistemas agrícolas praticados, sendo cada vez mais ostracizada, incluindo a proibição da sua detenção em alguma regiões do País.

Não apenas por estas razões, mas também pela sua capacidade de adaptação, a cabra foi remetida para zonas marginais, sendo conotada como "vaca do pobre". Ainda hoje a caprinicultura predomina nas regiões agricolamente mais pobres do interior, cada vez mais desertificadas. É reconhecido o seu papel fulcral na fixação de população nas zonas mais rurais, nomeadamente de montanha e floresta.

Compreende-se que a caprinicultura tenha sofrido, nas últimas décadas, uma redução proporcional ao envelhecimento e abandono populacional, tendo o seu número diminuído drasticamente em poucas décadas.

Tendo em conta a reconhecida qualidade de alguns dos seus produtos, e a sua crescente demanda, assiste-se, nos últimos anos, a um recrudescimento do número de caprinos, especialmente concentrados em explorações de média/grande dimensão. Abandona-se praticamente a caprinicultura extensiva, ressurgindo a exploração desta espécie de uma forma mais intensiva e empresarial. As raças autóctones vêm sendo abandonadas pela introdução crescente de raças exóticas, indiscutivelmente mais produtivas e adaptadas à intensificação. A caprinicultura como potenciador e guardião da floresta tende a desaparecer...

> "Na realidade, os caprinos são a única espécie pecuária que, em regime extensivo ou semi-extensivo, pode valorizar os recursos forrageiros existentes e adaptar-se às condições edafo-climáticas destas Regiões."

II. CONDICIONANTES E PERSPECTIVAS

A caprinicultura constitui-se como uma das fileiras estratégicas do sector primário de todo o interior do País, encontrando-se perfeitamente integrada simbioticamente nos ecossistemas dominantes, particularmente nas regiões de montanha e/ou de predominância florestal.

Na realidade, os caprinos são a única espécie pecuária que, em regime extensivo ou semi-extensivo, pode valorizar os recursos forrageiros existentes e adaptar-se às condições edafo-climáticas destas Regiões. Para além disso, alguns dos seus produtos derivados – cabrito, queijo, variada gastronomia associada – constituem autênticas referências regionais, cuja importância cultural, económica e turística justifica a adopção de medidas promotoras e incentivadoras.

É indiscutível que a caprinicultura extensiva ou semi-extensiva, valorizando as raças autóctones, apenas poderá ter viabilidade se integrada num Programa sectorial específico para esta fileira. No entanto, um Programa desta natureza deverá ser integrado nos modelos de intervenção e desenvolvimento

não apenas florestal mas sobretudo territorial, compreendendo todo o conjunto de actividades subsidiárias e complementares que, em uníssono, permitam fixar pessoas, imprescindíveis para a viabilização de qualquer projecto.

III. PROPOSTAS

Desde 1994 que a Acripinhal propõe à tutela, na pré-delineação dos vários QCA, um conjunto de medidas sectoriais visando a promoção e desenvolvimento do sector. Entendemos que um programa exequível de desenvolvimento da caprinicultura deve ponderar todas as condicionantes e estrangulamentos do sector, considerando em simultaneidade as potencialidades do mesmo. Nesse sentido, e tendo em conta o conhecimento e experiência que adquirimos, dividimos este programa de intenções em vários projectos diferenciados, embora interlocutáveis e intersubsidiários.

Não podemos pretender produzir mais e melhor sem escoar, não podemos vender bem sem valorizar, não conseguiremos decerto valorizar sem promover, e dificilmente conseguiremos promover sem o empenho de todas as forças vivas Locais e Regionais e sem os necessários apoios ministeriais, incluindo os fundos Nacionais e Comunitários que, pelo menos programaticamente, se encontram disponíveis. Enumeraremos apenas, sem desenvolver, dada a limitação espacial de uma sumária reflexão desta natureza, algumas das medidas que devem integrar um Programa Sectorial de Fileira:

1. Modernização das explorações existentes
2. Instalação de novos caprinicultores, privilegiando os jovens
3. Valorização das Raças Autóctones
4. Melhoramento Animal, genético e produtivo
5. Maneio, Sanidade e Bem-estar Animal
6. Silvopastorícia – Programa específico
7. Valorização dos Produtos Derivados
8. Extensão Rural, Divulgação Técnica e Formação Profissional
9. Apoio Técnico e Logístico
10. Comercialização

A única forma de contrariar a desertificação humana e ambiental, o envelhecimento e abandono é a fixação de populações, sendo-lhes permitido (sobre)viver da exploração, sob múltiplas formas mas de um modo integrado e complementar, dos recursos naturais disponíveis, preservando o equilíbrio ecológico e ambiental. O que se tem verificado nas últimas décadas, não apenas no que concerne à caprinicultura mas a todo o sector primário do interior do País, é "mau de mais para ser verdade!". Mesmo que os decisores políticos abandonem a cegueira que tem conduzido a sua (ausência de) política neste e noutros domínios, será que ainda existe massa crítica para inverter esta situação?

Carlos Alves | Eng.º Zootécnico

O SECTOR DOS OVINOS EM PORTUGAL

Na revista "Vida Rural" de Março deste ano, encontra-se uma notícia com o seguinte título: "Alentejo perde 20 mil ovelhas por ano", o que é deveras assustador e nos entristece a todos nós criadores, e segundo os seus autores, "na última década no Alentejo perdemos cerca de 200.000 ovelhas, e acabaram cerca de 25% das explorações de produção de carne". Ora, só a análise desta notícia seria motivo para preencher qualquer revista do sector.

Na minha humilde opinião são muitas as causas da redução desta espécie, mas não são menos as vantagens para apostarmos cada vez mais na sua melhoria, estudo e aumento dos efectivos. Assim:

- A baixa rentabilidade económica da espécie nos últimos anos;
- O aumento da burocracia, aliada ao desajustamento dos métodos adoptados;
- A exigência em mão-de-obra, e necessidade de grande disponibilidade de presença humana;
- Maneio exigente;
- Redução no hábito de consumo de carne de ovino no nosso país;
- Falta de competitividade em preço (não em qualidade) com outros países onde a produtividade é maior;
- A grande dependência da "grande distribuição" como principais clientes e consequente esmagamento de preços à produção;
- A falta de alternativas rentáveis na comercialização para o exterior;
- Falta de organização no sector.

Serão estas as principais causas do decréscimo dos ovinos em Portugal. Por outro lado:

- É uma espécie que tem uma grande capacidade no aproveitamento dos recursos naturais nas zonas mais pobres;
- É compatível com as arborizações, objecto de investimento florestal;
- Não é nefasta na regeneração natural dos montados, permitindo assim um uso múltiplo dos solos mais pobres;
- Responde bem na produtividade e encabeçamento, aquando da melhoria nas áreas de pastoreio;
- Tem boa compatibilidade com outras espécies pecuárias, assim como os recursos cinegéticos e espécies em vias de extinção em zonas de protecção especial;
- É talvez a espécie menos dependente de factores de produção externos (rações) para produzir em pleno;
- As raças autóctones existentes estão muito bem adaptadas às regiões onde se encontram, originando produtos de grande qualidade;
- As raças autóctones respondem bem aos cruzamentos e/ou melhoria genética;
- São precisos poucos anos para serem visíveis resultados em melhoramentos genéticos que se façam nos rebanhos;
- Tem um maneio reprodutivo facilmente adaptável alterável sem grandes alterações na estrutura produtiva de uma exploração pecuária.
- Pode-se considerar um sector de aumento da empregabilidade nas zonas rurais, devido às suas exigências em mão-de-obra.

Com todas estas divagações e restando perspectivar o futuro, creio que muito brevemente poderemos olhar para esta espécie de uma maneira completamente diferente do que até agora.

Após considerável espera e insistência por parte de alguns operadores do nosso país, penso que estão quase ultrapassadas as barreiras burocráticas que não têm permitido a exportação directa de ovinos para países do Norte de África onde esta espécie é devidamente valorizada e as raças portuguesas são muito apreciadas. Pois toda a nossa produção é apenas uma ínfima parte das suas necessidades. Provocando como consequência o aumento de preços na produção, e melhoria da sustentabilidade das explorações.

Estando crente que a opinião é comum a todos os criadores, considera-se urgente, da parte de quem nos governa, a agilização de todos os processos de internacionalização do sector de ovinos, a melhoria, divulgação e criação de novas medidas para o aumento da produtividade e de comercialização, assim como um mecanismo regulador de preços que permita estabilidade no sector.

Por último, e dadas as características benéficas da carne de ovino, à saúde humana, resta desejar que os "nossos chefs" possam apreciar e divulgar as qualidades destes produtos junto dos consumidores.

Pedro Costa | Eng.º Zootécnico

OVINOS DE CARNE - UM NEGÓCIO COMPLICADO!

Nos últimos anos temos assistido a um decréscimo acentuado das explorações de ovinos de carne, bem como do número total de animais.

São vários os fatores responsáveis, desde logo, a substituição de sistemas de produção em que os ovinos eram complementares, como os cereais de sequeiro, por outros, como o olival e a vinha, bem como as dificuldades em encontrar pessoas que queiram e saibam trabalhar com as ovelhas, sendo esta, talvez a maior dificuldade. Mais recentemente acrescem as complicações operacionais e logísticas criadas pelo novo sistema de identificação animal e a respetiva ferramenta informática de apoio, que não funciona de forma satisfatória.

Esta é uma atividade onde se tem verificado um envelhecimento dos produtores sem que haja renovação dos mesmos, muitos acabam por abandonar a atividade, por não se conseguirem adaptar a todas as exigências burocráticas impostas nos últimos anos.

Outro fator negativo tem a ver com a margem bruta por hectare desta atividade, que é baixa quando comparada com outras produções pecuárias.

A comercialização tem sido outra das questões que não tem corrido bem, porque a produção está muito pulverizada, perdendo assim poder negocial com os distribuidores.

No entanto considero que este setor apresenta algumas oportunidades. Quem quiser iniciar a produção de ovinos em sistema extensivo, não necessita de muito capital inicial, pois esta é uma atividade que não implica grande investimento em infra-estruturas, nem em equipamentos caros.

A diminuição do número de ovinos a nível nacional e comunitário, chamou a atenção para o setor e a mudança de estratégia europeia em termos de apoios, com maior enfoque na produção, beneficia o setor, no novo quadro comunitário de apoio.

A grande importância do *Greening* nos apoios 2014-2020, é também uma oportunidade para a produção extensiva de ovinos, pois esta produção está perfeitamente enquadrada com os objetivos que se pretendem atingir com este tipo de apoio, nomeadamente obter produtos de qualidade, com sistemas de produção mais amigos do ambiente.

A produção de ovinos de carne apresenta sinergias importantes com as áreas de projetos florestais (pinheiro manso, sobreiro e azinheira) plantadas nos últimos anos, pois são os únicos animais, que podem aproveitar as pastagens nestas áreas, sem causar danos às árvores, este pastoreio permite ainda, diminuir os custos de manutenção dos referidos projetos e reduzir o risco de incêndio, factos que diluem os custos das duas atividades.

O facto de Portugal não ser auto-suficiente em carne de Ovino também representa uma oportunidade, pois permite antever alguma facilidade no escoamento do produto, não sendo expectável uma diminuição dos preços num futuro próximo.

Impõe-se uma melhoria na organização da comercialização, porque apesar dos preços dos produtos (carne e lã), se terem situado a níveis interessantes nos últimos anos, podem ainda ser obtidas mais-valias na negociação com os grandes distribuidores, se a produção estiver mais agrupada. Alterar esta situação será um dos fatores determinantes para o sucesso do negócio, especialmente porque no próximo quadro comunitário há apoios, que os produtores só receberão, se a comercialização for realizada através dos agrupamentos de produtores.

Em suma, este não é um negócio fácil, mas apresenta boas oportunidades num futuro próximo, devido ao enquadramento, que vai ter no próximo quadro comunitário de apoio, e à conjuntura favorável de mercados que os seus produtos têm no momento.

Clara Moura Guedes | Administradora-Delegada, Queijo Saloio

QUEIJO SALOIO E O DESAFIO INTERNACIONAL

A Saloio é uma empresa de média dimensão que se focou na produção e comercialização de queijos de especialidade, com um domínio extremamente relevante nos queijos de cabra, com a marca Palhais, e que há largos anos ocupa a liderança destes dois segmentos, no mercado nacional.

Em termos estratégicos destacam-se na sua actuação a importância e relevância das marcas, tendo construído ao longo dos anos marcas fortes e distintivas num sector ainda bastante tradicional, que foram fortemente alicerçadas numa dinâmica de inovação também distintiva na categoria de produtos resultante de parcerias sólidas com o meio científico e académico em Portugal e noutros países.

> “É essencial assegurar uma abordagem extremamente profissional quer na dimensão comercial quer nos níveis e qualidade de serviço, capacidade de inovação, apresentação e design que tornem os produtos atractivos, acrescentando valor para o consumidor dos mercados de destino.”

Actua, portanto, na área agroalimentar, estando condicionada, a montante, à disponibilidade de matéria-prima, nomeadamente no caso do leite de cabra, onde existe uma forte escassez, nacional e internacional, pelo que é necessário um trabalho permanente no campo no sentido de incentivar a produção e, para além disso, dessazonalizar de forma a que seja possível assegurar as necessidades, ao longo de todo o ano. Este trabalho tem sido desenvolvido pela empresa nos últimos 15 anos, com resultados muito positivos. A quase inexistência de oferta pontual deste tipo de leite, quer em Portugal, quer em Espanha ou França, faz com que a construção de uma base de aprovisionamento sólida e estável seja um factor crítico de sucesso.

A jusante enfrenta os mesmos problemas da generalidade das empresas do sector, sobretudo as de pequena e média dimensão e que resultam da forte concentração ao nível da distribuição, do esmagamento de margens e da dificuldade em manter um negócio viável e sustentável nestas condições.

Neste contexto a orientação estratégica de incrementar o negócio no exterior iniciou-se há vários anos e tem vindo a consolidar-se. Do seu vasto portfólio o maior interesse, fora de Portugal, concentra-se, também na gama de produtos de leite de cabra, com a marca Palhais.

Neste momento a Saloio exporta para mais de 40 países diferentes. Na Europa destacam-se França e Polónia onde nos últimos 4 anos temos vindo a construir um negócio muito interessante e de volume apreciável. Participamos em acções internacionais de algumas cadeias de distribuição também presentes em Portugal. Estas operações fizeram com que ultrapassássemos o âmbito do chamado “mercado da saudade” ou diáspora portuguesa, para entrar em cadeias de distribuição de âmbito alargado e forte presença em vários países.

Iniciámos a comercialização na Rússia há cerca de um ano, havendo, igualmente, uma expectativa bastante positiva quanto ao desenvolvimento.

Fora da Europa a Saloio tem um negócio muito interessante e com um crescimento apreciável, em Angola, onde dispõe de um representante que acompanha clientes e operações de forma directa e focada. Em Moçambique operamos através de uma pareceria com um operador local de grande impacto, em regime de exclusividade e encontramo-nos, neste momen-

to, em fase avançada relativamente a países do Norte de África.

Exportamos igualmente para o continente americano, nomeadamente EUA e Canadá e também para a América do Sul, de momento para o Brasil, tendo assinado uma parceria com o Governo e um industrial do Estado da Bahia para a implementação de projectos relevantes para a implantação da marca nesta região.

Quanto ao Extremo Oriente, estamos presentes em Macau e aguardamos ansiosamente o levantamento definitivo das restrições para a exportação para a China onde temos já um agente e alguns clientes, prontos para iniciar logo que as questões burocráticas entre as autoridades dos dois países sejam finalmente ultrapassadas.

Na área dos lácteos e em particular dos queijos, enfrentamos alguns obstáculos que tornam este tipo de operações mais complexo, nomeadamente as questões legais associadas aos aspectos veterinários, necessidade de registos extremamente morosos que, por vezes, se arrastam no tempo e são de difícil coordenação entre as autoridades dos países. Deparamo-nos frequentemente com barreiras fiscais importantes que dificultam a entrada dos produtos a preços competitivos dada a sua importância no total do custo. O aspecto logístico e a necessidade de assegurar uma cadeia de frio extremamente controlada, é também uma dificuldade adicional, sobretudo em alguns mercados onde é mais difícil assegurar este factor. As datas de validade, não muito prolongadas, são muitas vezes um aspecto dissuasor face à necessidade de transportes de longa duração. Por último, a pequena dimensão da generalidade das PME's em Portugal e a necessidade, para um desenvolvimento eficaz dos negócios, da constituição de um apoio local, de investimento em visibilidade como feiras e acções de promoção e apoio directo no mercado, fazem com que seja lógico e desejável operar cada vez mais de forma conjunta e em associação.

No lado positivo vemos um interesse cada vez maior por produtos diferenciados, étnicos e que, pese embora, constituírem nichos nos mercados de destino, podem representar volumes extremamente interessantes para a nossa dimensão. Consideramos que faz sentido uma abordagem especializada, com forte componente qualitativa em todas as suas vertentes e de inovação.

É essencial assegurar uma abordagem extremamente profissional quer na dimensão comercial quer nos níveis e qualidade de serviço, capacidade de inovação, apresentação e design que tornem os produtos atractivos, acrescentando valor para o consumidor dos mercados de destino.

Em termos de potencial futuro consideramos que as geografias da América do Sul e do Norte de África se apresentam com forte potencial por terem uma classe média com crescente poder de compra, cada vez mais móvel, geograficamente e, consequentemente, mais receptiva e aberta a novas experiências, alterando os padrões tradicionais de consumo e em simultâneo, uma distribuição moderna com excelentes condições para que seja possível chegar ao consumidor de forma eficaz.

Temos uma forte expectativa relativamente à Ásia pois embora haja um potencial grande, dada a dimensão, será um processo mais longo, pela fraquíssima presença de lácteos nos hábitos alimentares.

As preocupações de saúde e a valorização crescente da dieta mediterrânea serão aspectos positivos, relativamente à aceitação de produtos lácteos mais tradicionais e nomeadamente de leite de cabra, pelas suas propriedades, extremamente relevantes para o equilíbrio nutricional.

Marina Meca Ferreira de Castro | Instituto Politécnico de Bragança

O USO DOS PEQUENOS RUMINANTES NA GESTÃO DA FLORESTA COMO REFORÇO DA SUSTENTABILIDADE DA ACTIVIDADE PASTORIL

Portugal, apesar de ter melhorado, nos últimos anos, as estatísticas relativas aos incêndios florestais, continua com valores preocupantes no que respeita ao número de ocorrências, extensão da área ardida, prejuízos económicos e ambientais e perda de vidas humanas.

As transformações sócio-económicas da segunda metade do século XX introduziram profundas mudanças nos territórios rurais, na relação das comunidades com esses espaços e nas relações funcionais entre os mesmos. A perda do uso multifuncional da floresta está na origem do aumento da carga combustível da mesma.

É hoje consensual que, nas condições ecológicas do País, os fogos são praticamente uma inevitabilidade devido à coincidência de três elementos chave: presença de combustível (abundância e tipo), condições climatéricas propícias (verões quentes e secos), forte negligência no uso do fogo. É relativamente intuitivo, que apesar da sensibilização ambiental ser fundamental, os seus resultados são muito paulatinos e possivelmente só, substanciais com o passar de gerações, pelo que, em nosso entender, o esforço deve ser centrado na gestão dos combustíveis.

A gestão dos combustíveis pode ser feita por diversos processos, com custos, e resultados económicos e ambientais variáveis. Entre os mais comuns, destacamos: os tratamentos de corte ou arranque por meios mecânicos ou manuais, o fogo controlado, o tratamento químico e o pastoreio.

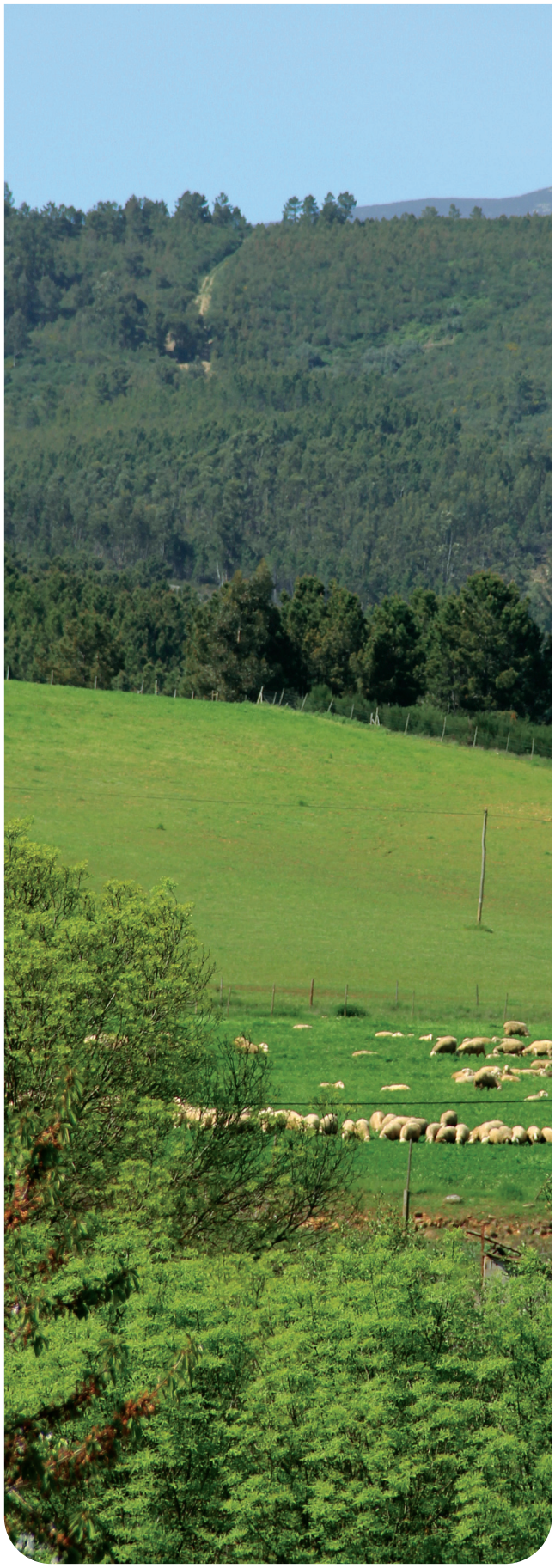
Ao longo da história, na região mediterrânica, as florestas sempre foram pastoreadas, havendo autores que defendem que o pastoreio das florestas é de facto o sistema agroflorestal[1] mais antigo da Europa, mesmo anterior aos montados[2] . No entanto, com a submissão dos baldios[3] ao regime florestal a partir dos anos 40, desenvolveram-se relações de conflitualidade entre a pastorícia e a floresta, que apesar de esbatidas em anos recentes, ainda não desapareceram completamente.

As profundas transformações das sociedades rurais foram acompanhadas por alterações nos modos de produção e nas tecnologias usadas. De um modo geral, a produção agrícola e florestal especializou-se e concentrou-se sobretudo nas zonas mais favorecidas e a ideia de uso multifuncional do território perdeu-se ou esbateu-se significativamente. O uso deliberado do pastoreio enquanto ferramenta de gestão de combustíveis é uma ideia que precisa de um enquadramento moderno e realista.

Tradicionalmente era entendido que um rebanho, ao entrar num bosque, beneficiava de um aporte alimentar e, como tal, a haver pagamento, o mesmo era devido ao proprietário do terreno. Não pode ser esquecido, que este entendimento se reporta a um período em que as aldeias se encontravam densamente povoadas, havia uma forte pressão humana sobre o território e reduzido número de incêndios, uma vez que a biomassa combustível era usada para múltiplos fins, desde camas dos animais até fertilizantes orgânicos. Esse paradigma alterou-se radicalmente, os combustíveis perderam a sua funcionalidade e os incêndios florestais começaram, ano após ano, a intensificar-se.

Actualmente, o pastoreio da floresta deve ser entendido numa perspectiva mais ampla. De facto, o rebanho, à parte da sua alimentação, desempenha um serviço de limpeza que deve ser remunerado. Por outro lado, há perdas de rendimento resultantes do uso destes recursos de menor qualidade, e mesmo, necessidade de suplementação dos rebanhos para possibilitar o consumo dos mesmos até ao nível desejado. Ou seja, o objectivo estratégico de limitar a selecção alimentar dos pequenos ruminantes, fazendo-os consumir os recursos de forma mais generalista e em maior quantidade (por ex. reduzir a carga de combustível a 60% ou reduzir a altura da fitomassa a 50 cm), tem um custo associado à redução da produtividade animal que tem de ser compensado.

Ao longo das últimas três décadas, várias equipas de investigadores têm trabalhado no desenvolvimento de novos sistemas agroflorestais, designadamente silvopastoris[4] , com o objectivo de criar sistemas relativamente incombustíveis por natureza. Trata-se portanto de recuperar práticas antigas que necessitam de ser melhoradas e modernizadas para que possam ser reintegradas na gestão dos ecossistemas.



O uso do pastoreio como ferramenta de gestão de combustíveis na região mediterrânica é uma prática preconizada desde os finais da década de 80. Em França, e no âmbito de medidas agro-ambientais, há notícias de comunidades rurais que adquiriram rebanhos comuns com o objectivo essencial de gestão da floresta. Na região da Andaluzia em Espanha, o pastoreio intensivo, sobretudo de caprinos, é financiado para conservar a rede de corta-fogos no âmbito de programas de defesa contra incêndios (*Red de Áreas Pasto-Cortafuegos de Andalucía*).

O uso dos pequenos ruminantes como redutores biológicos deve ter em consideração as diferenças funcionais e etológicas entre ovinos e caprinos. Geralmente, os ovinos são classificados pelos autores como pastadores (*grassers*), por consumirem maiores quantidades de herbáceas. Os caprinos como consumidores mistos (*mixed feeders*), adaptando sazonalmente a proporção lenhosas/herbáceas, em função da sua qualidade. Também as diferenças em mobilidade e agilidade dos caprinos conferem-lhe uma aptidão superior para pastorear a floresta.

Como corolário, os sistemas extensivos de produção de pequenos ruminantes cumprem os três pilares conceptuais da sustentabilidade; do **ponto de vista social**, contribuem para a fixação da população rural em regiões desfavorecidas, podendo mesmo ser entendidos como âncoras sócio-económicas. Do **ponto de vista económico**, presenciamos uma forma singular de uso e exploração de recursos, através da concentração da produção primária dispersa e sua conversão em produtos de origem animal. Do **ponto de vista ambiental**, contribuem para a conservação do património genético e aumento da resiliência das florestas aos fogos florestais.

[1] Presença deliberada de árvores e/ou outros vegetais lenhosos perenes com produções animais ou/e vegetais na mesma unidade de superfície, a fim de beneficiar das interacções positivas entre os diferentes componentes.

[2] Formações vegetais pluri-estratificadas de quercíneas em baixa densidade com estrato herbáceo pastoreado por ovinos, caprinos, bovinos ou suínos.

[3] Terras comunitárias.

[4] Presença de árvores e animais e/ou pastagem.

Nome: Pedro Gomes Freire

Idade: 38 anos

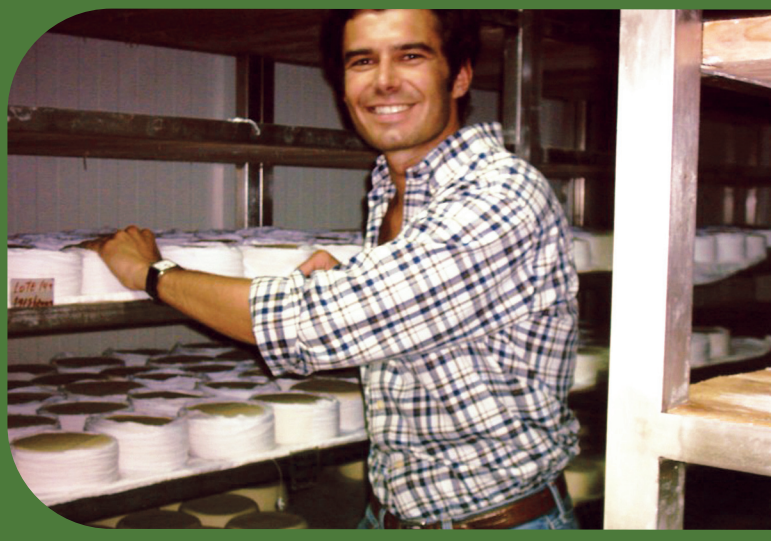
Habilitações: Licenciatura em Gestão de Empresas

CARACTERIZAÇÃO GENÉRICA DA EXPLORAÇÃO

Localização Geográfica: Seia

Mão-de-Obra Permanente: 6 colaboradores

Orientação Produtiva: Produção de Queijo Serra da Estrela (DOP)



ENTREVISTA

1. Quais as principais razões que o motivaram a instalar-se na área agro-pecuária?

O gosto pela área e o facto de ser comproprietário de uma exploração agro-pecuária familiar.

2. Como perspectiva a evolução do sector pecuário, em particular a Ovinicultura de Leite em Portugal?

A Ovinicultura de Leite está a perder adeptos. Torna-se absolutamente necessário captar jovens para a actividade, mas para que tal aconteça esta tem que ser atractiva. É preciso que os transformadores consigam captar uma maior fatia da mais--valia da cadeia de valor do seu produto para poderem passar uma parte desta para os produtores de leite. A raça de ovelha com que trabalhamos - a Bordaleira Serra da Estrela - no coração da Região Demarcada do Queijo Serra da Estrela (DOP) é a fornecedora da matéria-prima para um dos melhores queijos do mundo, pelo que temos a obrigação de acarinhar e promover esta actividade. Tal como costumo dizer, o leite da ovelha Bordaleira Serra da Estrela é o petróleo branco da Serra da Estrela!

3. Na sua opinião, quais as principais medidas que deveriam ser consideradas neste novo Quadro de Apoio Comunitário?

No caso particular do nosso mercado, consideramos fundamental que o novo Quadro Comunitário estimule a divulgação e diferenciação do Queijo Serra da Estrela (DOP), apoie a concentração da oferta e sua distribuição, especialmente no que toca a pequenos produtores, bem como a fixação de jovens na actividade de produção de leite e ainda, e sem colocar em causa a qualidade do produto, apoie investimentos que criem condições para o prolongamento da vida útil em prateleira do nosso produto.

4. Tendo por base a vossa experiência, quais os factores determinantes do sucesso das explorações dos Jovens Agricultores?

Ter um bom produto e comercializá-lo nos sítios certos.

5. Procedeu a estudos de mercado de forma a avaliar a capacidade de escoamento dos produtos da sua exploração?

Não procedemos a estudos de mercado, mas quando começámos sabíamos que, à época, a procura era superior à oferta.

6. Quais os mercados-alvo da sua produção?

Os nossos produtos podem ser encontrados em boas charcutarias, supermercados da especialidade e restaurantes, nacionais e estrangeiros.

7. Pondera iniciar o processo de exportação dos seus produtos? Porquê ? Em caso afirmativo, para que países?

Os Queijos São Gião já podem ser encontrados em alguns mercados internacionais, nomeadamente, na Europa, em África e no Brasil. Neste momento, a exportação representa cerca de 10% do valor das nossas vendas e tenderá a crescer à medida que a nossa produção consiga acompanhar a procura crescente e logo que se encontrem soluções para o prolongamento da vida útil em prateleira do queijo.

8. Quais os maiores obstáculos que encontra por um lado para a produção de leite, e por outro para a produção de queijo DOP? Quais as melhores formas para ultrapassar esses obstáculos?

A produção de leite é um sector pouco atractivo. Há, por isso, que torná-lo mais apetecível para fixar mais operadores (e operadores jovens) neste sector e tal passará por conseguir passar uma maior fatia do valor acrescentado do produto para a produção de queijo e de leite. No que toca à produção de queijo há que garantir serviços especializados de apoio aos produtores que maximizem a uniformidade do produto final.

UMA MENSAGEM DE UM JOVEM AGRICULTOR PARA OS JOVENS AGRICULTORES:

Acreditar na qualidade do produto que produzimos e ser fiel às suas características diria que é a chave de sucesso para a exploração de qualquer Jovem Agricultor.

Nome: Idálio Martins Ramos

Idade: 32 anos

Habilitações: 9º Ano

CARACTERIZAÇÃO GENÉRICA DA EXPLORAÇÃO

Localização Geográfica: Portela da Nave

Orientação Produtiva: Produção de leite e transformação de queijo

Mão-de-Obra Permanente: 5 colaboradores

Ano de Criação da Empresa: 2010

ENTREVISTA

1. Quais as principais razões que o motivaram a tornar-se Empresário na área agro-pecuária?

A principal razão que me motivou foi o grande gosto pelos animais.

2 Na sua opinião considera que os apoios existentes são suficientes para a instalação de Jovens no Espaço Rural, ou deveria existir um apoio específico? Porquê?

Na minha opinião os apoios aos jovens deviam ser à produção e não à dimensão da exploração.

3. Quais os principais entraves/obstáculos com que se deparou na criação da sua empresa?

O principal entrave foi com a Câmara Municipal, para conseguir as licenças.

4. Quais os contributos que um Jovem pode transportar e implementar no Espaço Rural?

Um dos principais contributos que um jovem pode transportar para o Espaço Rural é a inovação e criação de alguns postos de trabalho.

5. Actualmente a totalidade da sua produção destina-se ao mercado regional, pondera abranger novos mercados, nomeadamente através da venda por internet ou exportação?

Actualmente só trabalhamos com queijo fresco e para chegar sempre rápido ao consumidor optei por uma venda regional, mas estamos a explorar outros mercados para o futuro.

6. Pretende, a curto prazo, inovar nos produtos ou no processo de fabrico?

A curto prazo vamos continuar só com o queijo fresco tradicional do Algarve, mas temos algumas ideias para o futuro.

QUAIS AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS QUE UM JOVEM DEVE POSSUIR PARA CONSEGUIR TER SUCESSO NO ESPAÇO RURAL?

As principais características são: gostar muito do negócio que vai montar e mentalizar-se que vai trabalhar muitas horas com muita entrega.

JOVEM EMPRESÁRIO RURAL - JER

Enquadramento:
A AJAP considera fundamental a promoção e renovação do tecido empresarial agrícola, tendo como determinação o propósito da competitividade, assumindo desta forma um objectivo político nacional de manifesto interesse público. Os Jovens prestam ao sector um contributo incontestável, que permite, nomeadamente, contrariar o flagelo do abandono Agrícola e Rural.

A actividade agrícola tende a ser pouco atractiva para os Jovens, o que leva ao abandono das zonas rurais e a um envelhecimento progressivo das populações nestas áreas. As actividades, directa e/ou indirectamente ligadas à agricultura têm que ser assumidas como vectores estratégicos para o desenvolvimento sustentável do país.

Caracterização do Jovem Empresário Rural:
- Idade entre 18 e 40 anos
- Residência e sede da empresa em freguesias/concelhos rurais
- Actividades económicas com ligação directa ou indirecta aos territórios envolvidos, prevalecendo a valorização dos recursos naturais, culturais e sociológicos

As Políticas de Apoio ao Jovem Empresário Rural devem:
- Possuir um carácter transversal
- Implicar a interacção de várias medidas existentes, designadamente nos domínios da agricultura e desenvolvimento rural, inovação, empreendedorismo, emprego, fiscalidade e segurança social.

Instrumentos de Operacionalização:
- Discriminação positiva dos projectos JER nos programas a que se candidate: atribuição de carácter prioritário e de nível máximo do apoio regulamentarmente instituído;
- Criação de um mecanismo específico que contribua para a celeridade dos procedimentos necessários à viabilização dos investimentos propostos nomeadamente em matérias de licenciamento e outras.

31ª OVIBEJA

30 DE ABRIL A 4 DE MAIO 2014
TODO O ALENTEJO DESTE MUNDO

ACOS AGRICULTORES DO SUL · DE BEJA · GOVERNO DE PORTUGAL MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR · QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL · INALENTEJO 2007.2013 · IEFP · alentejo Turismo do Alentejo - ERT · SAGRES · CA Crédito Agrícola · BPI · DELTA

Manuel de Castro e Brito | Presidente da ACOS – Associação de Agricultores do Sul

O SECTOR OVINO NO ALENTEJO

O Recenseamento Agrícola de 2009 indica que existiam no Alentejo 1,1 milhões de ovinos, cerca de metade do efectivo nacional. Na última década registou-se um decréscimo de cerca de 20 mil fêmeas/ano, existindo actualmente menos 30% dos efectivos. Existiam cerca de 8.100 explorações de ovinos de carne no Alentejo, o que corresponde a 16% das explorações nacionais. O efectivo leiteiro do Alentejo (cerca de 50 mil fêmeas) encontrava-se distribuído por cerca de 250 explorações, correspondendo a 3% das explorações leiteiras do país. Em termos globais, na última década, o número de explorações de ovinos nesta região diminuiu 25% e em 2009, a dimensão média dos rebanhos de carne e de leite era de 134 e 219 cabeças, respectivamente.

As razões que mais têm contribuído para a diminuição dos efectivos ovinos e de explorações no Alentejo são a perda de competitividade das explorações, as dificuldades de mão-de-obra e o aumento da burocracia no controlo dos rebanhos.

Relativamente à perda de competitividade, verifica-se que os preços do borrego, do leite e da lã pagos ao produtor são os mesmos que se praticavam há 20 anos atrás, não acompanhando portanto o aumento significativo do custo dos factores de produção como as rações, os medicamentos, os adubos, os combustíveis, a electricidade e a mão-de-obra. As medidas de política agrícola têm-se reflectido negativamente no sector dos ovinos. Os incentivos financeiros atribuídos aos produtores de ovinos, para compensar a perda de rendimento devido ao aumento dos factores de produção e para a manutenção da actividade, já não são compensatórios, o que tem levado por um lado ao abandono, e por outro à substituição de ovinos por bovinos.

O maneio dos ovinos requer especialização e ocupação de pessoal durante todo o ano, especialmente durante as épocas de parição e de ordenha nas explorações leiteiras, enquanto que o maneio dos bovinos é mais fácil, podendo ser desempenhado por pessoal menos especializado.

O abandono da actividade também se deve à burocracia associada ao controlo oficial dos efectivos. Há regulamentos da União Europeia que os estados membros são obrigados a adoptar. Acontece com o controle sanitário dos rebanhos, identificação animal, registos de existências e deslocações de animais, guias de trânsito e registo de medicamentos. Os criadores têm ainda que cumprir uma série de requisitos ambientais e de bem-estar animal nas explorações para poderem usufruir dos apoios financeiros a que têm direito. Acontece ainda que os organismos oficias de controle tutelados pelo Ministério da Agricultura utilizam cada um as suas bases de dados que não comunicam entre si. Este aspecto tem causado algumas dificuldades e perdas de tempo no momento dos controlos de campo. A transposição directa da legislação europeia para a nossa realidade carece de ajustamentos que deveriam ser devidamente ponderados pelos serviços oficiais e representantes das Confederações.

A produção de ovinos ocupa um lugar de destaque na economia regional, uma vez que esta espécie utiliza uma franja importante do território, aproveitando principalmente as terras mais marginais. Mais concretamente, de acordo com dados do INE, da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) do Alentejo, que é de cerca de 2,2 milhões de hectares, existem aproximadamente 183 mil ha de pastagens semeadas ou melhoradas e 960 mil ha de pastagens permanentes em terras pobres ou sob coberto de montado de azinho e sobro passíveis de ser utilizados pelos ovinos.

Na perspectiva do desenvolvimento rural, a produção de ovinos permite a ocupação e a fixação de população em espaço rural e desempenha também um papel ambiental, que não deve ser negligenciado.

Em relação ao futuro, o sector está muito dependente das opções de política agrícola comum que ainda estão por definir. A perda de competitividade do sector deverá ser devidamente equacionada, dado tratar-se de uma espécie ímpar no aproveitamento de territórios marginais. A ocupação do território, a protecção da biodiversidade doméstica e o papel ambiental desempenhado pelos ovinos deverão ser reconhecidos e remunerados de modo a viabilizar economicamente esta actividade.

José Luís André | Gestiverde

GESTIVERDE

A floresta e o seu sector têm extrema importância para o país, gerando riqueza e bem-estar para toda a sociedade, contribuindo para o seu desenvolvimento: 3% do PIB nacional e 11% do PIB industrial; 11% das exportações, com uma tendência clara para aumentar; contributo fundamental para as metas nacionais associadas ao cumprimento do Protocolo de Quioto; 260.000 postos de trabalho directos e indirectos.

Desde 1994 que a GESTIVERDE tem no sector agro-florestal a sua base de trabalho, sendo a consultoria e a prestação de serviços, os pilares no desenvolvimento da sua actividade. A disponibilização de fundos comunitários para o sector, como ferramenta de aplicação de políticas mais ou menos ajustadas, constituiu nestes últimos anos um importante contributo para a melhoria quantitativa e qualitativa das nossas florestas, pese embora, o flagelo dos fogos florestais que ano após ano teimam em delapidar esse bem valioso.

> “A floresta e o seu sector têm extrema importância para o país, gerando riqueza e bem-estar para toda a sociedade, contribuindo para o seu desenvolvimento...”

A prestação destes serviços por empresas de consultadoria é considerada como bastante positiva, pois funcionam como elo de ligação entre o Estado e o proprietário rural, aconselhando-o nos seus investimentos e orientando-o no sentido de aproveitar os meios financeiros disponíveis, contribuindo para a eficácia do investimento privado, criando riqueza localmente e possibilitando a criação e manutenção de postos de trabalho.

Desde 2011 que a empresa é a entidade gestora de uma ZIF (Zona de Intervenção Florestal) do norte do concelho de Abrantes, onde predomina a pequena propriedade florestal. Uma ZIF não é mais do que um conjunto de proprietários florestais de uma comunidade a colaborarem de forma a baixarem os custos da gestão florestal das suas propriedades com o auxílio de uma entidade gestora que poderá ser uma empresa ou associação de produtores, sem que com isso percam a titularidade da sua propriedade ou a liberdade no comércio dos produtos nela gerados. Neste momento, a ZIF da Aldeia do Mato conta com 3.254 ha, sendo que cerca de 1.840 ha são pertença de 108 membros aderentes. Foram realizadas até agora duas candidaturas apoiadas pelo PRODER, que incidiram na recuperação de áreas ardidas através de arborizações e da beneficiação de pinhais com excesso de densidade e na instalação de estruturas de defesa da floresta contra incêndios, como a limpeza das imediações de estradas, aldeias e algumas propriedade privadas dos seus aderentes, representando um investimento superior a um milhão de euros. A visita da Senhora Ministra da Agricultura à ZIF de Aldeia do Mato, no passado mês de Dezembro, representou o reconhecimento da gestão e do empenho das comunidades das freguesias da União de Freguesias de Aldeia do Mato e Souto, Rio de Moinhos e Martinchel e da sua entidade gestora, sendo neste momento um projecto em que mais freguesias do norte do concelho de Abrantes poderão participar, visto estar em processo de expansão, de modo a poder replicar estes modelos de gestão de sucesso àquelas áreas e dessa forma cumprir um dos maiores e mais importantes objectivos da ZIF: o de diminuir o risco de incêndio florestal e o número de ignições, para que desta forma seja mantido o valor criado pelos proprietários.

No que ao futuro diz respeito, aquilo que pretendemos é que o país continue a reflectir e definir o que pretende fazer com um terço do seu território, tendo em vista o que o sector representa na qualidade de vida, na satisfação das populações e na economia nacional, uma vez que a Floresta, inúmeras vezes na ordem do dia, nem sempre pelas melhores razões, merece um forte empenho dos nossos dirigentes.

fruitgrading

INVESTIGAÇÃO FRUITGRADING – PROTÓTIPO EM FASE DE TESTES

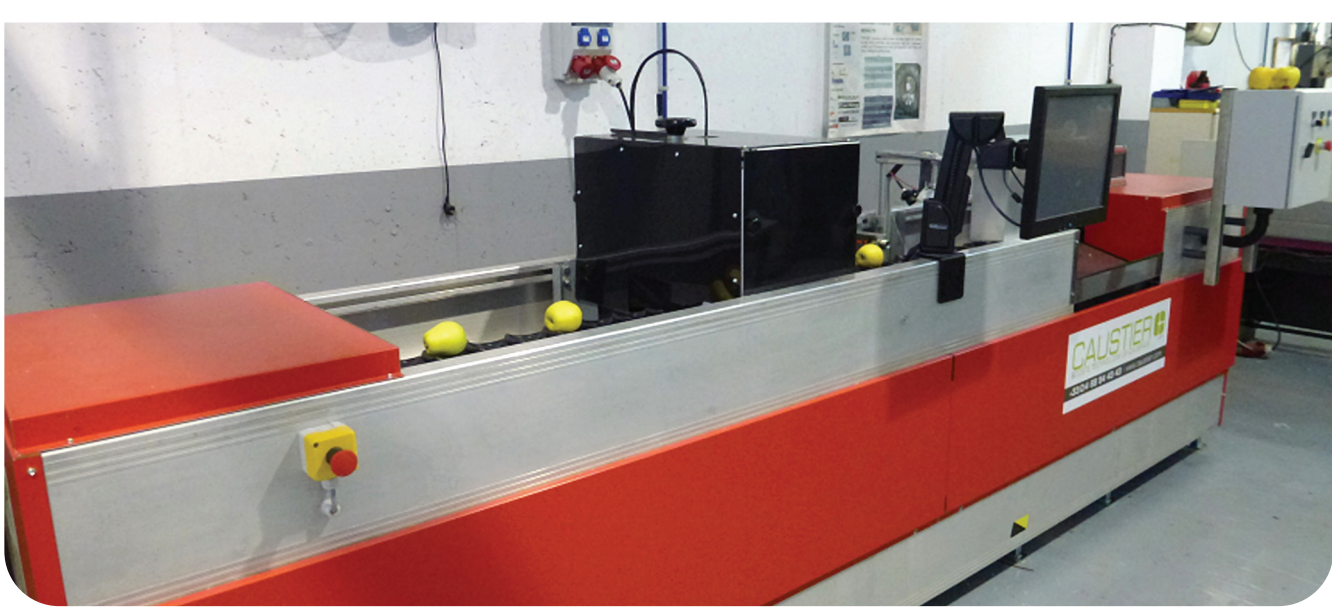
Volvidos dois anos, o projecto de Investigação FRUITGRAING que a AJAP integra em parceria com a ATEKNEA Solutions, a Universidade de Manchester e o INRA - Instituto Nacional de Investigação Agronómica Francês, já se encontra em fase avançada de testes. Este projecto objectiva desenvolver através de novas tecnologias, uma máquina que permita aferir, através de métodos não intrusivos ou destrutivos, o grau de açúcar e acidez, bem com o estado de maturação de algumas frutas como pêras, pêssegos, maçãs, nectarinas e kiwis.

O protótipo encontra-se nesta altura nas instalações do INRA e após a fase de calibração irá dar-se início aos testes de referência e em Maio serão efectuados os testes com pêra e maçã. A partir desta data o protótipo irá viajar pelos países envolvidos na investigação pelo que as "provas" serão realizadas na Polónia (TRSK), Portugal (AJAP) e Espanha (SOTO).

A UNIMAN, empresa responsável pela construção do protótipo, informou que o uso de um sensor de indução foi bem-sucedido na indústria de alimentos, no entanto testá-lo com fruta é bastante complicado e coloca vários desafios tecnológicos.

Devido aos resultados algo controversos desta experiência, foi decidido redesenhar completamente o sensor. A empresa responsável comprometeu-se a criar um novo design, em 2-3 semanas, foi também apontado que, devido à utilização de indução, é necessário uma correia transportadora específica, que não é normalmente utilizada nas máquinas actuais, para evitar interferências a partir do metal. Os testes vão ser efectuados com kiwis e pêras, dado serem as únicas frutas disponíveis nesta altura do ano.

Actualmente o protótipo é capaz de processar sete peças de fruta por segundo, onde são obtidos o valor BRIX e firmeza de forma não invasiva. Até agora, foi avaliada a capacidade do sistema para determinar o valor Brix, o que é conseguido com um erro de 1,5 graus BRIX. Estes resultados vão continuar a ser testados durante os próximos meses por forma a obter um protótipo com grande capacidade de precisão e velocidade.



Eduardo Salles | Eng.º Agrónomo, Bahia - Brasil

O CORAÇÃO DA AGRO-PECUÁRIA: ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO PRODUTOR

O Governo da Bahia, através da Secretaria da Agricultura, assinou recentemente um Protocolo de Cooperação com a AJAP visando a troca de experiências no sector agro-pecuário, nomeadamente no associativismo, cooperativismo, assistência técnica, importação e exportação de produtos e desenvolvimento da possibilidade de atracção de Jovens Agricultores para investimento na Bahia, bem como o intercâmbio de Jovens Agricultores dos dois países para que possam estagiar em explorações Portuguesas e Baianas.

O Estado da Bahia apresenta grandes potencialidades e oportunidades sectoriais atendendo à disponibilidade de área para produção, tecnologia moderna e mão-de-obra qualificada entre outras mais-valias.

Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pode ser explicada como o processo de capacitar o agricultor, viabilizando o acesso a novas tecnologias e conhecimentos, tendo como meta o aumento da produção e da produtividade, gerando mais renda e melhor qualidade de vida no campo. Para tanto, é imprescindível que os governos façam investimentos específicos e que sejam implementadas políticas públicas que permitam a adoção de tecnologias e capacitem o agricultor, dando-lhes ferramentas que o tornem competitivos no mercado.

A Bahia possui o maior contingente de agricultores familiares do país, 665 mil famílias, que representam 15% do Brasil. Daí porque o governo baiano elegeu a agricultura familiar como prioridade, e tem executado políticas públicas focadas para fortalecer esse segmento. Quando assumi a Secretaria de Agricultura me assustei com a quantidade de agricultores familiares endividados no estado. Eram aproximadamente 200 mil inadimplentes com os agentes financeiros, especialmente os BB e BNB. Duzentos e quarenta e dois municípios dos 417 do estado estavam com o crédito rural travado, sem poder solicitar nenhum recurso por terem ultrapassado 15% de inadimplência.

A causa deste número preocupante era a falta de assistência técnica. A Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), vinculada à Secretaria de Agricultura, naquela altura responsável quase que exclusivamente pela ATER no estado, encontrava-se em situação tão calamitosa que o governador quando assumiu em 2007 avaliou se a fechava e criava uma nova, mas como os funcionários seriam muito prejudicados neste processo, resolveu recuperá-la.

Essa empresa só prestava assistência a 80 mil agricultores que representam 12% do total.

Sem assistência o produtor não conseguia transformar o crédito numa garantia de aumento de produtividade, produção e lucro. Aplicava mal os recursos e não conseguia pagar a dívida, que virava um tormento na sua vida pessoal e o impedia de avançar no seu negócio com sustentabilidade, muitas vezes originando a desistência de continuar no campo, causando o êxodo rural. Travamos, durante estes quatro anos, batalhas duras e constantes na Bahia e em Brasília, buscando a edição de medidas provisórias e leis que permitissem as renegociações destas dívidas para destravar o crédito no Brasil e especialmente no Nordeste brasileiro. Não vencemos a guerra, mas vencemos diversas batalhas. Diversas MPs e leis possibilitaram que realizássemos mutirões de renegociações, que permitiram reduzir em mais de 50% o número de endividados no estado e consequentemente permitindo o acesso ao crédito.

Moral da história: sem assistência técnica, o crédito rural não cumpre o seu papel. Clara está a importância da EBDA para o estado, que avançou exponencialmente nos números da agricultura familiar, mesmo na situação dramática e quase falimentar que se encontrava a EBDA, graças à presença de verdadeiros heróis e guerreiros nos seus quadros (claro que existem também maus funcionários, como em qualquer outra empresa, e estes devem ser extirpados do quadro funcional).

O reflexo desse trabalho pode ser visto nos números, que

por si só apontam a evolução da agricultura familiar. Em 2007, apenas 80 mil agricultores possuíam a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que na prática é a carteira de identidade do agricultor e que permite o acesso a todas as políticas públicas. Hoje esse número passa de 600 mil. No programa Seguro Garantia Safra, em 2007 eram apenas 54 municípios participantes, com 6 mil agricultores aderidos, números que hoje saltaram para 330 municípios e 300 mil agricultores aderidos. Em termos da ATER, em 2007 eram somente 80 mil produtores atendidos, e hoje passamos de 300 mil (contando com as ATERs tercerizadas), sem falar nos demais programas municipais, estaduais e federais conduzidos com sucesso por essa empresa.

Daqui para frente, acredito que a EBDA terá que assumir dois outros papéis fundamentais, de coordenadora e fiscalizadora das empresas terceirizadas de ATERs, já que seria impossível ela somente prestar ATER a 665 mil agricultores. Ao longo desses anos, mesmo com recursos muito escassos (a secretaria toda possui somente 1% do orçamento do estado) trabalhamos, dentro do possível, para reestruturar a empresa. Nesse caminho, efetivamos por duas vezes um aumento real de salário, primeiramente de 30% e depois mais 5,5%, também conseguimos ajustar um outro pleito dos funcionários que foi a inclusão dos servidores aposentados no plano de saúde.

Além disso, diversas ações foram adotadas para melhorar as condições de trabalho, como reforma de escritórios locais, sede, centro de treinamento e estações experimentais, compra de 700 veículos novos, 1.500 computadores, GPS e impressoras, e criação de sistemas eficientes informatizados de controles administrativos e de ações em campo.

Contratamos também centenas de funcionários provisórios para atender a convênios de milhões de reais que firmamos com o governo federal. Elaboramos, aprovamos no Conselho e propusemos à Secretaria de Administração uma estruturação organizacional da empresa e um plano de cargos e salários que ajustasse as discrepâncias, principalmente o irrisório salário inicial de cerca de R$ 1,5 mil para nível superior, gratificasse os funcionários eficientes, premiasse os mestres e doutores. E após estes ajustes nossa proposta era de concurso público imediato.

No entanto, sempre esbarrávamos numa questão: nada poderia ser efetivado sem que primeiro fosse resolvida a questão do passivo. Esse passivo que se acumulou por décadas e muitos funcionários infelizmente faleceram sem poder usufruir dele. Durante minha gestão à frente da secretaria, fui o primeiro a sentar com o sindicato para negociar. Com a nova diretoria do sindicato ajustamos trabalhar separadamente os dissídios de outros passivos. Parece que a decisão foi correta, os cálculos foram consolidados conjuntamente e uma proposta do governo estará saindo da forma em breve. Infelizmente não pude como secretário efetivar este tão sonhado acordo, mas espero que Deus ilumine a todos para que um acordo possível e que agrade a ambos os lados seja efetivado para que a greve dos funcionários da EBDA seja encerrada e possamos avançar na reestruturação dessa empresa que é o coração da agropecuária baiana.

Departamento Técnico, Agrogestão

NOVAS TECNOLOGIAS NOS PEQUENOS RUMINANTES

A exploração de ovinos e caprinos tem, nos últimos anos, sofrido muitas e profundas alterações. Grande parte destas alterações tem origem em mudanças do quadro legislativo, enquanto outra parte decorre de uma tendência de profissionalização do sector e no aparecimento de novos recursos tecnológicos.

No entanto, não se pode atribuir a responsabilidade dos problemas de gestão dos produtores de ovinos e caprinos apenas a fatores externos. A ausência de registo de informação por parte destes produtores, sempre se revelou um dos principais problemas de gestão da produção animal o que, aliado às obrigações legais, criou a necessidade de desenvolvimento de uma ferramenta onde seja possível por um lado registar o efetivo com relativa facilidade e, ao mesmo tempo, automatizar o processo de comunicação dos procedimentos legais.

Neste contexto, tornou-se evidente a necessidade de desenvolvimento das aplicações de gestão específicas para este segmento. A solução ZOOGESTÃO® - Gestão de Efectivos Pecuários, é uma ferramenta da AGROGESTÃO® que já se encontra estabelecida no mercado há muitos anos, e está sempre em constante evolução e adaptação.

Através do ZOOGESTÃO® é possível fazer a gestão da informação sobre o efetivo pecuário, potenciando a rentabilidade do efetivo e, ao mesmo tempo, a rentabilização das pastagens. Desta forma, o ZOOGESTÃO® participa ativamente na resolução dos problemas destes produtores, quer em termos de organização do rebanho, quer no cumprimento das normas legais, nomeadamente as normas relativas ao RED OC e Livro de Medicamentos, impostas pela DGV.

No ZOOGESTÃO®, o produtor começa por organizar todos os seus animais, preenchendo uma ficha individual para cada animal, ou importando a totalidade dos animais através do ficheiro de texto do registo oficial, colocando-se desta forma em conformidade com as obrigações legais e imposições da moderna gestão de efetivos.

Nesta mesma ficha, o produtor pode editar e consultar toda a informação sobre determinado animal, desde as partições ao contraste leiteiro, passando pela genealogia completa, ocorrências, doenças e medicamentos, entre outras.

O facto de o produtor ter à sua disposição um registo completo dos animais, permite-lhe um controlo detalhado sobre as variações desses efetivos e dispor em tempo útil de um conjunto de indicadores reprodutivos, produtivos e sanitários. Este tipo de controlo dá-lhe a possibilidade de aumentar significativamente o valor do seu efetivo, de rentabilizar pastagens e facilitar a calendarização dos partos de acordo com os mercados, entre outros benefícios.

Para além do desenvolvimento contínuo do ZOOGESTÃO®, sentiu-se a necessidade de aproveitar as oportunidades criadas pela identificação eletrónica dos animais e desenvolver uma solução que acrescentasse ainda mais valor à gestão do efetivo.

Desta forma, foi desenvolvido o ZOOCHIP.ID, uma ferramenta que permite a recolha da informação guardada no chip dos animais, permitindo de uma forma simples, saber qual o estado de determinado efetivo, quando foi executada uma determinada operação de maneio, como por exemplo uma operação de saneamento animal. Esta aplicação permite ainda, quando utilizada de uma forma alternativa, ter presente no campo toda a informação detalhada para cada animal do efetivo, apoiando o produtor no processo de tomada de decisão, ou na recolha de informação mais detalhada.

Ao utilizar esta aplicação, os produtores podem obter resultados reais de aumento de valor do seu efetivo pecuário e tempo para melhor aproveitamento na gestão da sua exploração através da geração automática do RED OC, do controlo rigoroso do número de animais e de toda a informação sobre os mesmos, beneficiando desta forma de animais com melhores indicadores reprodutivos, com partos planeados, com ótimo aproveitamento das pastagens e com uma monitorização rigorosa do contraste leiteiro, refletindo-se em ganhos nos produtos finais.

Através da integração desta aplicação com o AGROGESTÃO®Produção e AGROGESTÃO®Comercial, o produtor fica dotado de um conjunto de ferramentas essenciais para fazer o controlo de gestão mais eficiente na sua exploração, atingir os seus objetivos e obter o ganho potencial máximo para o seu negócio.

Integração com ERP PRIMAVERA

As soluções da FZ AGROGESTÃO são concebidas numa lógica de integração, por forma a assegurar a fluidez de informação entre as várias áreas de uma empresa. Nesse sentido, são soluções certificadas pela PRIMAVERA nas áreas específicas de gestão para o setor agroalimentar.

Certified Product Primavera

M. Patrão Neves | Deputada ao Parlamento Europeu, Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

ANO INTERNACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

70% dos alimentos produzidos em todo o mundo são provenientes de explorações agrícolas familiares, sendo que 40% das famílias do mundo dependem deste tipo de agricultura. Na União Europeia, 97% das explorações agrícolas são familiares, o que corresponde a 12 milhões de explorações, 172 milhões de hectares e 25 milhões de pessoas. Em Portugal, a agricultura familiar envolve cerca de 793 mil pessoas, correspondente a 7,5% da população e a 81% da mão-de-obra ao serviço da agricultura, sendo que esta e as florestas ocupam 70% do território. Estes são alguns números que evidenciam a importância da agricultura familiar, à qual a Organização das Nações Unidas dedicou este ano de 2014.

O que é então a agricultura familiar? Existindo diversas definições, elas convergem na afirmação de que consiste num meio de organização das produções agrícola, florestal, pesqueira, pastoril e aquícola, gerida e operada por uma família, predominantemente dependente de mão-de-obra familiar e em que o lucro cobre o trabalho não remunerado e o capital do investidor e da família.

Mais frequentemente o cidadão comum associa a agricultura familiar a uma actividade de subsistência, como o que se verifica na maioria dos países em vias de desenvolvimento, onde desempenha um papel determinante na erradicação da fome e da pobreza, na provisão de segurança alimentar e nutricional; porém, a agricultura familiar é também determinante para a coesão social e emprego, gestão dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e desenvolvimento sustentável, sobretudo nas áreas rurais – desideratos que cumpre mais plenamente nos países desenvolvidos, como os europeus.

Mais frequentemente o cidadão comum associa a agricultura familiar a pequenas explorações de tipo tradicional; porém, a agricultura familiar também pode ocupar grandes áreas e, em qualquer caso, não ser necessariamente de pequena dimensão económica, nem tão pouco incompatível com a modernização.

Em Portugal é a agricultura familiar que fixa as pessoas à terra, no cuidado pelo meio ambiente e pela diversidade biológica, numa relação que não é meramente económica, na exclusiva obtenção de lucro, mas essencialmente vivencial, num modo de ser e de estar contextualizado pela paisagem e modelado pela ligação à terra. Este apego à terra, a capacidade de produzir o que lhe está mais adaptado, a animação dos mercados locais e da economia rural, o orgulho por este estilo de vida são o garante mais prometedor da sua perpetuação.

Neste ano de transição entre o de 2013, que foi o da reforma da Política Agrícola Comum, e o de 2015, em que esta virá a ser efectivamente implementada, este ano de 2014 – Ano Internacional da Agricultura Familiar – constitui uma oportunidade excelente para valorizar a agricultura familiar, no seu papel social, económico, ambiental e cultural, garantindo que esta agricultura que, afinal, caracteriza o nosso país e a nossa Europa, subsista como alma da ruralidade, mesmo quando a agressividade anónima dos mercados livres impõe formas de produção intensivas.

Neste contexto, realizei, em Janeiro, no Parlamento Europeu, uma reunião especificamente sobre agricultura familiar, com a presença de um representante da Comissão Europeia que apresentou os objectivos gerais deste ano que se lhe dedica.

Imediatamente depois, redigi uma pergunta escrita à Comissão Europeia no sentido de obter informações mais detalhadas sobre os objectivos, estratégias e metas da Comissão Europeia neste Ano Internacional da Agricultura Familiar. A resposta recebida remeteu sobretudo para a recente reforma da PAC e suas medidas comuns para responder aos desafios socioeconómicos e ambientais, nomeadamente prevendo-se “apoios para transferência de conhecimentos, aconselhamento e prestação de serviços de gestão agrícola, modernização das explorações e/ou reestruturação, bem como para promover a cooperação entre os diferentes agentes económicos nas zonas rurais. Os jovens agricultores são especialmente visados, sendo o seu papel essencial para assegurar a renovação geracional das explorações agrícolas.”

Se é verdade que a PAC reformada dispõe de instrumentos que podem ser utilizados para apoiar e desenvolver a agricultura familiar, também seria de esperar, neste ano de 2014, que a Comissão já tivesse apresentado alguma medida específica neste âmbito...

AJAP
Associação dos Jovens Agricultores de Portugal

SAA | Serviço de Aconselhamento Agrícola

A AJAP é Valor para o Agricultor

ADIRA
ao Serviço de Aconselhamento Agrícola

ACONSELHAR

CONDICIONALIDADE

SEGURANÇA NO TRABALHO

PARA VALORIZAR
A SUA EXPLORAÇÃO

CONTACTE O TÉCNICO AJAP DA SUA REGIÃO

ProDeR
Programa de Desenvolvimento Rural

GOVERNO DE PORTUGAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR

UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
A Europa investe nas zonas rurais